Diário de bordo

AINDA AMARGO!



Roberto Rodrigues*

TENDO ASSUMIDO recentemente a Presidência do Conselho Deliberativo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), volto ao tema da crise do setor sucroenergético.

Quais as ações necessárias para reposicionar este importante segmento agroindustrial em seu exitoso caminho, tão glorificado no mundo todo como a única real alternativa aos combustíveis fósseis?

Quatro itens são fundamentais neste caminho.

O primeiro é a definição governamental sobre qual o papel que se espera do etanol na matriz energética brasileira. Sem essa clareza, tudo mais fica sem sustentação.

O segundo é a necessidade de restabelecimento da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) como mecanismo de diferenciação tributária entre combustíveis fósseis e renováveis. Ainda no campo tributário, é preciso alinhar as alíquotas do ICMS do etanol hidratado entre os estados produtores.

O terceiro é estimular, no contexto do Inovar-Auto, a busca pela maior eficiência dos motores de veículos *flex* ou dos motores a etanol hidratado.

E o quarto é adequar os leilões da energia elétrica, valorizando os atributos ambientais elétricos e as economias advindas do uso da bioeletricidade. Isso implica leilões diferenciados por fontes de energia.

Mas, é absolutamente essencial que a sociedade compreenda que tais ações não são benéficas apenas para os usineiros, e sim que seus efeitos serão positivos para todos os cidadãos brasileiros.

Se não, vejamos: segundo estudos da Universidade de São Paulo (USP), o valor bruto movimentado por toda a cadeia sucroenergética na safra 2013/14 foi superior a U$ 100 bilhões, com um PIB do setor sucroenergético de U$ 43 bilhões e uma geração de divisas da ordem de U$ 14 bilhões, o que é ótimo para a economia brasileira.

O setor gera 1 milhão de empregos diretos – e se contados os indiretos, mais do que isso –, considerando cerca de 16 mil estabelecimentos vinculados à produção de cana e etanol.

Um dado frequentemente esquecido é que esta cadeia produtiva não tem apenas usineiros: são 70 mil produtores independentes de cana, os denominados "fornecedores", que vão à falência se as usinas não pagam.

A cana-de-açúcar é a segunda fonte de energia do País, com 15,4% da participação na matriz nacional, maior até do que a participação das hidroelétricas.

Desde a chegada dos carros *flex* no mercado, em março de 2003 (há onze anos, portanto), a redução das emissões de CO_2 foi superior a 240 milhões de toneladas!

Isso tem efeito impressionante para a saúde pública. Trabalho realizado por médicos especialistas da USP concluiu que o uso do etanol combustível nas oito principais regiões metropolitanas do País reduziu em quase 1.400 mortes/ano ocasionadas por problemas respiratórios e cardiovasculares associados ao uso de combustíveis fósseis; e, também, cortou cerca de 9.000 internações anuais pelos mesmos motivos. Isso equivale a uma economia de U$ 43 milhões de dólares por ano para o sistema de saúde público e privado.

E mais: a bioeletricidade gerada perto dos maiores centros consumidores de energia reduz as perdas do sistema e a necessidade de investimentos em transmissão. Aliás, a bioeletricidade é gerada exatamente no período de seca, quando os reservatórios de água ficam mais vazios e, por isso, ela é complementar à geração das hidroelétricas. Em 2013, por exemplo, a bioeletricidade economizou 7% da água dos reservatórios, fator que, neste ano, terá muito maior peso, em função da seca no Sudeste. No ano passado, a bioeletricidade vendida às redes de transmissão respondeu por 12% do consumo residencial do País, o equivalente ao atendimento de 8.000 lares. Isso tudo leva ao seguinte raciocínio: a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) calcula que toda a palha de cana e todo o bagaço poderiam gerar eletricidade equivalente a cinco usinas Belo Monte, sem nenhum problema como os que se observam neste empreendimento.

Esses argumentos são mais do que suficientes para justificar as vantagens do setor sucroenergético para toda a sociedade brasileira. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador especial da FAO para as Cooperativas, presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA) e presidente do Conselho da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)